

Acessibilidade Digital no Setor Público: Da LBI ao eMAG na Prática

Carga horária: 16h

Módulos: 8

SOBRE O CURSO

A acessibilidade digital é uma exigência legal no Brasil, não uma escolha. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015) determina que todos os serviços e sistemas digitais do poder público sejam acessíveis a pessoas com deficiência — e o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG), padrão oficial do Governo Federal, estabelece os critérios técnicos que os órgãos devem cumprir. A fiscalização por parte do TCU e da CGU é crescente, e a inacessibilidade de portais e sistemas governamentais já figura em acordãos de controle.

Este curso foi desenhado como porta de entrada para qualquer servidor público, gestor, analista ou profissional da área pública que precisa compreender o que é acessibilidade digital, por que ela importa no contexto governamental e como dar os primeiros passos concretos rumo à conformidade. Não é necessário nenhum conhecimento técnico prévio.

O curso combina a apresentação do arcabouço normativo com exercícios práticos de identificação de barreiras de acessibilidade, proporcionando ao participante uma visão completa — do conceito à ação — ao final das 8 sessões.

OBJETIVO

Introduzir servidores públicos e profissionais da área governamental aos fundamentos da acessibilidade digital, capacitando-os a compreender as obrigações legais vigentes, identificar barreiras de acessibilidade em sistemas e portais públicos e adotar posturas proativas em seus contextos de atuação, habilitando-os a:

- Compreender os conceitos fundamentais de acessibilidade digital e suas dimensões (visual, auditiva, motora e cognitiva);
- Conhecer o arcabouço normativo brasileiro: LBI, Decreto 5.296/2004 e eMAG;
- Entender os princípios e critérios de sucesso da WCAG 2.2 de forma aplicada ao contexto governamental;
- Identificar barreiras de acessibilidade em sistemas e portais públicos por meio de ferramentas introdutórias;
- Reconhecer o papel de cada perfil profissional (gestor, analista, desenvolvedor, comunicador) na cadeia de acessibilidade;
- Dar os primeiros passos práticos para promover a acessibilidade em suas áreas de atuação.

PARA QUEM É ESTE CURSO

O curso é destinado a:

- Servidores públicos de qualquer área que atuem com sistemas, portais ou serviços digitais;
- Gestores, coordenadores e diretores que precisam entender o tema para cumprir obrigações legais;
- Analistas administrativos, comunicadores e profissionais de atendimento ao cidadão;
- Profissionais de TI que ainda não tiveram contato formal com o tema de acessibilidade;
- Membros de comissões de licitação que avaliam contratações de sistemas e serviços digitais;

- Qualquer profissional do setor público interessado em ingressar no tema de forma estruturada.

PRÉ-REQUISITOS

Nenhum pré-requisito técnico é exigido. O curso é acessível a qualquer perfil profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O Que é Acessibilidade Digital e Por Que Ela Importa

- Conceito de acessibilidade digital: dimensões visual, auditiva, motora e cognitiva
- Deficiência no Brasil: dados e impacto social (IBGE/SIPD)
- A experiência do usuário com deficiência: demonstração com leitor de tela
- Por que acessibilidade beneficia todos os usuários (design universal)
- O custo da inacessibilidade para órgãos públicos

Marco Legal e Normativo da Acessibilidade Digital no Brasil

- Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015): o que muda para os órgãos
- Decreto 5.296/2004: responsabilidades e prazos
- eMAG — Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico: estrutura e obrigatoriedade
- Acórdãos do TCU e ações da CGU sobre portais inacessíveis
- Comparativo: legislação brasileira vs. internacionais (ADA, EAA)

WCAG 2.2: Os Princípios que Todo Servidor Deve Conhecer

- Os 4 princípios POUR: Perceptível, Operável, Compreensível e Robusto
- Níveis de conformidade A, AA e AAA: o que o setor público precisa atingir
- Critérios de sucesso mais relevantes para portais governamentais
- Como o eMAG se relaciona com a WCAG 2.2
- Exercício: identificando princípios POUR violados em portais reais

Barreiras de Acessibilidade Mais Comuns em Sistemas Governamentais

- Barreiras visuais: contraste, tamanho de fonte e ausência de alternativas textuais
- Barreiras de navegação: falta de foco visível, sem suporte a teclado
- Barreiras de formulário: campos sem label, mensagens de erro inacessíveis
- Barreiras de conteúdo: linguagem complexa, PDFs inacessíveis, vídeos sem legenda
- Galeria de exemplos: portais e sistemas governamentais com problemas reais

Ferramentas Introdutórias de Diagnóstico de Acessibilidade

- WAVE (Web Accessibility Evaluation Tool): instalação e uso básico
- Google Lighthouse: como gerar e interpretar o relatório de acessibilidade
- Extensão axe DevTools: primeiros passos
- O que os testes automáticos detectam — e o que não detectam
- Lab prático: diagnóstico de três portais governamentais reais

Papéis e Responsabilidades na Cadeia de Acessibilidade

- Quem é responsável pela acessibilidade em um órgão público?
- O papel do gestor: exigir, fiscalizar e priorizar
- O papel do analista de TI: especificar e validar
- O papel do comunicador: linguagem simples e conteúdo acessível
- Como integrar acessibilidade em processos de contratação (Termo de Referência)

Primeiros Passos Práticos: Do Diagnóstico à Ação

- Como registrar e comunicar um problema de acessibilidade encontrado
- Priorizando barreiras: o que resolver primeiro e por quê
- Recursos gratuitos disponíveis: guias, checklists e referências oficiais
- Como propor um projeto de acessibilidade digital no seu órgão
- Exercício: elaboração de um mini-plano de ação individual

Encerramento: Revisão, Cases e Próximos Passos

- Revisão dos principais conceitos e normas abordados no curso
- Estudo de caso: órgão público que implementou acessibilidade com sucesso
- Perguntas frequentes e dúvidas dos participantes
- Recursos para aprofundamento: onde continuar aprendendo
- Avaliação de aprendizagem e encerramento

TURMAS DISPONÍVEIS

-			Confirmada
PERÍODO 16/11/2026 a 24/11/2026	HORÁRIO 08:00 às 10:00	MODALIDADE Online	
Online R\$ 1.890,00			

COM QUEM VOCÊ VAI APRENDER



Eduardo Corrêa

Senior Software Engineer com mais de 10 anos de experiência no desenvolvimento de softwares de grande escala. Especialista em Acessibilidade Digital, atua com a implementação e auditoria de conformidade técnica baseada nas diretrizes WCAG 2.2, eMAG e nas normas ISO 9241-171, ADA e EAA, com aplicação em projetos de alto impacto nas áreas de marketing digital e gestão de dados. Possui experiência prática e aprofundada com ferramentas de teste automatizado de acessibilidade, incluindo Cypress com cypress-axe e Playwright com axe-playwright, tendo integrado rotinas de verificação de conformidade em pipelines de CI/CD em projetos de médio e grande porte. Domina o uso de tecnologias assistivas (leitores de tela como NVDA e VoiceOver) como instrumento de validação técnica.

Com trajetória consolidada na produção de conteúdo técnico especializado sobre acessibilidade digital, alia profundidade de engenharia à capacidade didática de conduzir equipes multidisciplinares, tornando-se referência na intersecção entre desenvolvimento de software, conformidade normativa e educação corporativa voltada ao setor público.